



BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

CONSULPUC - SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA

II Curso De Integração Profissional De Adestrandos

NORDESTE DO BRASIL :

ATUAÇÃO DOS BANCOS ESTADUAIS COMO AGENTES DO SISTEMA BNDE

AJALMAR LEITE DA SILVA

SUMÁRIO

UNIDADE I - INTRODUÇÃO

UNIDADE II - ATUAÇÃO DOS AGENTES

2.1. Retrospectiva

2.2. Posição Atual

2.3. Aspectos Condicionantes à Atuação dos Agentes

UNIDADE III - CONCLUSÕES

3.1. Gerais

3.2. Das Alternativas

I. INTRODUÇÃO

O despertar recente sobre a necessidade de viabilização de um Sistema Nacional de Bancos de Desenvolvimento, tornou a realçar a insuficiência de condições para a massificação de aplicações através de Agentes e sua viabilização a curto prazo.

Não surpreende, portanto, o fato de que as primeiras visitas de acompanhamento aos Agentes conduziram a uma visão não muito animadora. O grau de intervenção do BDNE para tornar viável, notadamente o apoio às PME's, através de uma cadeia de BD's que, pertencendo ao segundo sistema - Sistema Estadual de Apoio Financeiro ao Desenvolvimento - na função de repassadores de recursos, em que as decisões não são isoladas dos Agentes, mas sim relacionadas com decisões dos órgãos do primeiro sistema - Sistema Nacional de Apoio ao Desenvolvimento (1) conduziu necessariamente ao estudo da opção agente/agência. Não se estranha, portanto, o fato de que o grau dessa intervenção não esteja ainda definido. De um lado, reúnem-se aqueles que, defendendo um ponto de vista contrário à maior intervenção preocupam-se em apresentar evidências da crescente participação do BNDE nas decisões dos Agentes. De outro, aqueles que, embora aceitem a evidência, fornecem justificativas e apontam para o caráter não intencional dessa intervenção ou quando intencional, necessária.

Qualquer tentativa de se imprimir um novo curso a esse debate exige que se adote uma abordagem onde possamos esboçar um quadro de referência mais amplo; análise de aspectos não convencionais do envolvimento do BNDE; me-

(1) Ver, sobre o assunto: Modelo Institucional de Bancos de Desenvolvimento ABDE - 1973.

canismos institucionais pelos quais se exerce a interferência e uma visão atual do comportamento desses Agentes.

A preocupação com uma visão atual do comportamento dos BD's na região nordeste do Brasil é o tema principal desse trabalho. A sua formulação sugere que a referência mais adequada seria, ao lado de uma observação individual do comportamento dos BD's, uma consolidação dos dados existentes para a visualização de um todo.

As limitações para sua realização se fizeram sentir na falta de dados uniformes para essa visão do conjunto. Essas deficiências conduziram a que, boa parte dos trabalhos, dois Agentes - BEPI e BANESE, fossem excluídos o que provavelmente não invalidará as conclusões dado que elas podem ser extrapoladas para esses dois Agentes e provavelmente para os demais do país.

A consulta à documentação existente no BNDE sobre os BD's para a análise retrospectiva e os "Relatórios de Acompanhamento de Agentes Financeiros" efetuados pela Área de Projetos com Agentes do BNDE, para a análise da posição atual, foram as fontes básicas no desenvolvimento do trabalho. As demais fontes utilizadas tiveram como finalidade enriquecer a conceituação da filosofia de atuação de um BD e como complemento as informações no BNDE.

O espaço de abrangência compreende toda região Nordeste, sendo estudados nove Agentes dos quais quatro são bancos de desenvolvimento e cinco comerciais com carteira de desenvolvimento e que, para uniformização de tratamento passam a ser chamados de BD's.

- Bancos de Desenvolvimento

Banco de Desenvolvimento do Estado da Bahia S/A - DESENBANCO

Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte S/A - BDRN

Banco de Desenvolvimento do Ceará S/A - BANDECE

Banco de Desenvolvimento do Maranhão S/A - BDM

- Bancos Mistos

Banco do Estado de Sergipe S/A - BANESE

Banco do Estado de Alagoas S/A - BEA

Banco do Estado de Pernambuco S/A - BANDEPE

Banco do Estado da Paraíba S/A - BEPb

Banco do Estado do Piauí S/A - BEPi

Portanto, o objetivo principal desse trabalho é analisar isolada e conjuntamente a atuação dos BD's no Nordeste, como pontos de um sistema. Todavia, o nível das informações disponíveis não permitiu uma visão tão abrangente quanto se desejaria mas que atende aos objetivos do II CIPRO e poderá vir a ser utilizada como ponto de partida para um aprofundamento futuro.

Na unidade II, em que consiste basicamente o desenvolvimento do trabalho, são explorados os conceitos de atuação até o período que compreende início de 1974, numa retrospectiva sintética (item 2.1), sendo em seguida explorado o conceito da atuação sobre o ponto de vista atual (item 2.2). No item 2.3. foram colocados alguns pontos não convencionais de uma observação na tentativa de identificar aspectos que condicionam essa atuação, procurando posicionar através das aplicações do BNDE e SUDENE na região, cada Agente e o parque industrial de sua área de trabalho.

Na unidade III são tratadas as conclusões sobre o funcionamento desses bancos em função dos dados obtidos na unidade II e abordada uma alternativa básica de interferência do BNDE nos BD's visando minimizar as dificuldades existentes. Propositadamente procurou-se abordar tão somente essa alternativa, deixando para um trabalho futuro, de maior profundidade, soluções operacionais que estão diretamente condicionadas à solução do que está sendo considerado como problema base.

II. ATUAÇÃO DOS AGENTES

2.1. Retrospectiva

A partir da conscientização por parte do BNDE da necessidade de viabilizar um Sistema Nacional de Bancos de Desenvolvimento, foi realizado um programa de visitas aos estados, particularmente aos Bancos Estaduais de Desenvolvimento ou Comerciais com carteira de desenvolvimento. Nos contatos mantidos com autoridades governamentais, agentes financeiros e empresariado em geral, os aspectos considerados mais significativos foram os seguintes:

1) Falta de quadro

2) Escassez de Recursos

3) "Approach" setorial-regional

a) Falta de quadro: A deficiência de pessoal técnico capacitado para analisar projetos, fiscalizar a execução de empreendimentos e acompanhar a evolução das empresas beneficiárias de colaboração financeira, era observada na maioria dos agentes financeiros do BNDE. Nos casos de análises era frequente, por exemplo, a transposição de dados e informações constantes dos projetos encaminhados à SUDENE para os modelos de Relatório de Análise a serem enviados ao BNDE, isto sem qualquer avaliação adicional. Exceto isto, a falta de pessoal técnico eficiente, independentemente do nível de qualificação, impossibilitava que as tarefas fossem executadas. Esse estado de coisas prejudicava a rentabilidade privada e social dos programas, sendo necessária uma assistência direta e permanente aos agentes. Ainda no âmbito dessa assistência já era proposta a montagem de um programa de formação de quadro bem como buscar um maior entrosamento com a SUDENE e o BNB.

b) Escassez de Recursos: A escassez de recursos na região se manifestava em duas frentes, a saber: por parte do Agente Financeiro e do Beneficiário Final. No que se refere à demanda de recursos por parte do beneficiário final nos pedidos de colaboração financeira aos agentes, as seguintes situações eram apresentadas:

- Empresas em funcionamento abrangendo aquelas em que as perspectivas favoráveis de mercado induzem ao crescimento que, em geral, é buscado em ritmo superior àquele permitido pela disponibilidade de recursos próprios. Assim, frequentemente, tais empresas eram conduzidas a situações de estrangulamento no capital de trabalho já que, independentemente da aprovação ou não do projeto, iniciam a expansão immobilizando seu capital de giro. A colaboração financeira, quando aprovada pelo agente e/ou BNDE, era destinada, precisamente a refazer o nível do capital de giro da empresa.

- Empresas em implantação, situação que englobava todas as demais sendo caso muito comum na região. Compreendia empresas cujas fontes de recursos têm por base incentivos fiscais que, na prática, executados os recursos próprios, deixavam de existir pois situando-se o custo real de captação em torno de 35%(1), tornava inviável qualquer empreendimento que se apoie nos mesmos. Era comum serem observados empreendimentos parados ou em início de construção, ou mesmo com obras civis erigidas mas sem o equipamento necessário para funcionar, ou funcionando aquém da capacidade ótima de produção, por falta de capital de giro.

No que se refere à deficiência de recursos por parte dos Agentes Financeiros, as administrações dos Bancos Estaduais de Desenvolvimento argumentam com fre-

(1) Com a substituição do 34/18 do FINOR o problema do Custo de Captação foi eliminado. No entanto, apesar de minimizado, persiste o problema dada a indisponibilidade de recursos FINOR para fazer face às necessidades previstas nos quadros de usos aprovados.

quência a dificuldade que tinha em obter tais quantias. Já na época era mencionada como salutar a exigência à contrapartida do agente nos financiamentos que obrigava os Governos Estaduais a capitalizarem as entidades financeiras.

c) O "approach" setorial-regional: Em geral a ação dos agentes financeiros era exercitada sem qualquer escala de prioridade, sendo o máximo crescimento quantitativo das aplicações, praticamente, o objetivo único. Ademais a visão dessas entidades caracterizadamente local dava margem a ociosidade quando o setor deveria ser considerado regionalmente.

Posteriormente baseado em relatórios de viagens elaborados por diversas equipes técnicas do BNDE, podemos detectar a continuidade de uma série de problemas dos BD's. De um modo geral além dos detectados anteriormente, destacava-se o pouco dinamismo que tem como causas principais quatro fatores:

- a) falta de empenho da diretoria;
- b) baixo nível técnico do pessoal;
- c) remuneração inadequada;
- d) ingerências políticas.

O primeiro fator espelhava a falta de mobilidade da diretoria, que é por demais estática, não indo ao encontro dos empresários e sem sentir-lhes as necessidades. Além disso, os critérios adotados, conduziam à escolha dos diretores quase sempre oriundos de área comercial com uma visão voltada para maximização de lucros, não coerente com a óptica de um banco ou carteira de desenvolvimento.

Os dois fatores seguintes, constituíam um círculo vicioso que resulta na falta de estímulo para bom assessoramento e na ausência de um bom mecanismo promocional que se baseia no conhecimento técnico. O último fator, conduzia à existência de anormalidades que vão desde a ingerência direta nas aprovações de financiamentos, a nomeação de diretores, principalmente de crédito industrial, desprovido de requisitos para o desempenho da função.

2.2. Posição Atual

2.2.1. Acompanhamento Operacional

As atividades dos BD's estaduais ou Bancos Estaduais com carteira de desenvolvimento caracterizam-se pelo desenvolvimento de operações no âmbito do apoio à pequena e média empresa. Sabe-se que mais de 50% da renda gerada e mais de 60% da oferta de emprego do setor industrial na economia brasileira são proporcionados por essas unidades, devendo esses números sofrer elevação significativa quando, especificamente, tratamos com relação ao Nordeste.

Por conseguinte, a atuação desses bancos como agentes do BNDE está diretamente relacionada ao POC - Programa de Operações Conjuntas, principalmente ao sub-programa Pacote (direcionado para PME's) e que poderá nos dar uma visão atual dos BD's.

a) Operações e execução contratual:

. 9 .

QUADRO II - 1

CONTRATOS DE ABERTURA DE CRÉDITOS - CAC'S *

POC/PACOTE - 1975/76

Posição: DEZ/76

AGENTE	Nº DE CAC'S ASSINADOS	VALOR TOTAL (ORTN'S)	DISTRIBUIÇÃO		LIMITE DE ALÇADA	
			VALOR (ORTN'S)	ASSINATURA	ORTN'S	CR\$ MIL **
DESENBANCO	01	330.000	330.000	25/07/75	30.000	5.605
BANESE	-	-	-	-	-	-
BEAL	03	915.000	450.000 ***	1975	20.000	3.737
			500.000	24/07/76		
BANDEPE	02	1.430.000	650.000 ***	1975	30.000	5.605
			780.000	19/05/76		
BEPb	02	460.000	200.000	25/07/75	20.000	3.737
			260.000	25/06/76		
BDRN	02	484.000	250.000	25/07/75	20.000	3.737
			234.000	17/03/76		
BANDECE	01	200.000	200.000	11/07/75	30.000	5.605
BEPi	01	165.000	165.000	25/07/75	20.000	3.737
BDM	02	373.000	165.000	25/07/75	20.000	3.737
			208.000	21/06/76		
TOTAL	14	4.357.500				

FONTES: Síntese de Operações - GEREX/APA Nºs 46 a 49 - DEZ/76

Relatórios de Acompanhamento de Agentes Financeiros - BNDE/APA - 1976

*Crédito Total (autorizado + Reservas)

**ORTN/FEV-77 equivalente a 186,83

***Total dos dois CAC's aprovados em 1975

Nota: Os CAC's são "Contratos de Abertura de Créditos" efetuados entre os agentes e o BNDE.

QUADRO II - 2

ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS DE ABERTURA DE CRÉDITO POC/PACOTE - CAC's EM VIGOR

AGENTE	VALOR DO CAC (ORTN MIL)	COMPROMETIDO		POSICÃO EM DEZ/76
		(ORTN MIL)	%	SALDO A COMPROMETER (ORTN mil)
DESENBANCO	330,0	259,4	79	70,6
BEAL(3)	500,5	312,8	62	187,7
BANDEPE(2)	780,0	451,2	58	328,8
BEPb(1)	200,0	186,5	93	13,8
BEPb(2)	260,0	55,5	21	204,5
BDRN(1)	250,0	239,1	96	10,9
BDRN(2)	234,0	54,3	23	179,7
BANDECE	200,0	187,2	94	12,8
BEPi	165,0	60,8	37	104,2
BDM(1)	165,0	136,2	83	28,8
BDM(2)	208,0	44,2	21	163,8

FONTE: Síntese das Operações APA-GEREX nº 49 - Dez/76.

NOTAS: (1) Primeiro CAC

(2) Segundo CAC

(3) Terceiro CAC

Os 1º e 2º CAC's do BEAL e o 1º BANDEPE foram totalmente comprometidos.

EXECUÇÃO CONTRATUAL

POC/PACOTE - CAC'S EM VIGOR

AGENTE	Destinação dos Financiamentos	Montante Liberado	Tempo de Liberação	Cumprimento Contratual
	NORMAL	NORMAL	NORMAL	NORMAL
DESENBANCO	S	S	S	S
BANESE	-	-	-	-
BEAL	S	S	S	S
BANDEPE	S	S	N	S
BEPb	N	S	S	S
BDRN	S	S	S	S
BANDECE	S	S	S	S
BEPi	-	-	-	-
BDM	N	S	S	N

Fonte: Relatórios de Acompanhamento de Agentes - DEBAN/APA - 1976.

Nota: S - sim

N - não

- Comentários:

Contratos de Abertura de Créditos - CAC's

Os contratos e abertura de créditos CAC's (quadros II - 1 e II - 2), totalizam 14 (quatorze) operações com agentes estaduais no Nordeste, em montante de 4.357.500 ORTN's desde o início do sistema, em 1975.

Salienta-se a atuação do BEAL e do BANDEPE, sendo que o primeiro detém maior número de CAC's assinados (três) e o segundo lugar em volume de recursos contratados. Atualmente esse agente já tem comprometido cerca de 62% do terceiro CAC demonstrando uma excelente capacidade de alocação de recursos. Paralelamente salienta-se a atuação do BANDEPE com dois CAC's assinados e com maior volume de recursos além de estar com 58% do segundo CAC já comprometido.

Por outro lado, DESENBANCO, BANDECE e BEPi com apenas um CAC assinado cada um deles em JUL/75 e de pequeno valor (respectivamente 330.000, 200.000 e 163.000 ORTN's) ainda estão com saldos substanciais a comprometer.

Os demais agentes (BEPb, BDRN e BDM) apesar de estarem com o 2º CAC já com algum comprometido ainda estão operando com pequenos saldos remanescentes de CAC anterior. Quanto ao BANESE, dada sua atual estruturação e desempenho não assinou nenhum CAC com o BNDE, estando ainda sem limite de alçada definido. No entanto, eventuais operações desse agente são regidas por normas não formalizadas, sendo aceito como limite de alçada 17.000 ORTN's.

Operações POC

Como consequência natural do universo industrial compreendido no espaço de abrangência estudado, a quase totalidade das operações POC são

destinadas às operações tipo PACOTE, abaixo do limite de alçada dos Agentes. No entanto a necessidade de elaboração do projeto de acordo com manual do BNDE e volumes de recursos mais significativos dão às operações PACOTE acima do limite de alçada e às operações Projeto, oportunidades de desenvolvimento de pessoal na elaboração e análise dessas operações.

As operações POC/Programa até o presente não foram realizadas pelos Agentes e apesar do pouco campo existente para sua utilização a nível estadual, um maior dinamismo poderia conduzir à montagem de algumas operações. Pelas peculiaridades de alguns setores cujas atividades são comuns a vários Estados, nos parece que uma abordagem a nível regional através do BNB ou Consórcio de Bancos parece o caminho mais indicado para atingir o objetivo.

O convênio BNDE/BB/COPENE/BNB/SUDENE de fomento à indústria de produtos petroquímicos finais (materiais plásticos, fibras sintéticas e clásticos) que contaria com participação de alguns agentes, e o "Programa de Apoio às Atividades Satélites do Setor Açucareiro" do BEAL e que inclui os setores de equipamentos para usinas de açúcar, destilarias, fertilizantes, comercialização de máquinas e implementos agrícolas já com investimentos dimensionados em Cr\$ 865 milhões, são os estudos mais concretos e com possibilidades de montagem.

Exceto esses programas, algumas tentativas começaram a ser desenvolvidas por alguns agentes. O BDRN elaborou um estudo sobre têxtil/confecções que poderá vir a ser desenvolvido regionalmente pelo BNB. O BDM vem elaborando estudos setoriais visando criar uma massa de informações para futuras Operações-Programas, além de iniciar montagem do "Programa Regional da Região de Imperatriz". O BEPb desenvolve estudo setorial sobre minerais não metálicos que, dependendo dos resultados preliminares, poderá vir a ser o embrião de um Programa. O DESENBANCO chegou a remeter ao BNDE um programa turismo que não foi desenvolvido.

Execução Contratual

Destinação dos financiamentos. Tem sido normal em todos os Agentes excetuando uma operação (mudança de linha de produção) do BEPb que, inclusive, não tinha conhecimento quando detetado pelo GT do BNDE. No BDM, de um financiamento para realocização, foi construído um galpão no antigo local. No entanto como os diversos GT's de acompanhamento do BNDE fazem apenas uma amostragem de empresas financiadas, não excluimos a possibilidade de tal fato vir ocorrendo em outros países.

Montante Liberado: Normal em todos os agentes.

Tempo de Liberação: Encontrado atraso em um projeto financiado pelo BANDEPE, de 3,5 meses na 2ª parcela e 8,3 meses na 3ª em relação às datas estipuladas (atraso na contratação e posteriormente o agente não comunicou ao BNDE/APA o aumento de capital da empresa). No BDRN, frequentemente o agente adianta recursos à beneficiária final.

Cumprimento de Obrigação Contratual: Normal em todos os agentes.

Apesar de praticamente não ter sido verificada nenhuma falha referente à execução contratual dos projetos, esse fato pode ser considerado casualidade se levarmos em conta o incipiente acompanhamento executado. A tarefa de acompanhamento tem como objetivo apenas o projeto, que ainda assim é muito superficial. No BDM existe muita flexibilidade por parte do agente que, apesar das empresas não cumprirem determinadas cláusulas (aumento de capital, apresentação de balancete, cronograma de execução física do projeto), os recursos são liberados.

b) Inadimplência

QUADRO II - 3

ANO: 1975

A G E N T E	ÍNDICE GLOBAL (%)	ÍNDICE DE CARTEIRA DE DESENVOLVIMENTO (%)	ÍNDICE DO FINANCIAMENTO DO BNDE (%)
DESENBANCO	19,7	-	23,8
BANESE	1,0	-	-
REAL	2,1	-	1,8
BANDEPE	5,2	-	33,8
BEPb	2,7	6,1	5,9
BDRN	8,4	-	2,5
BANDECE	15,4	-	17,4
BEPi	-	4,0	2,7
BDM	10,0	-	-

FONTE: Relatórios de Acompanhamento de Agentes - DEBAN/APA - 1976

- Comentários:

Como podemos observar alguns dos agentes apresentam índices de inadimplência muito elevados, fato que poderá ser melhor compreendido com o desenvolvimento do trabalho onde, outros aspectos de desempenho conduzirão a conclusões mais fundamentadas.

Entretanto um fato poderá minimizar os efeitos desses números elevados, justificando em alguns casos essa ocorrência. Isto se prende a existência em 1975 - ano em que foram calculados os índices apresentados - de uma Linha Especial de Crédito do Conselho Monetário Nacional (LEC), a ser operacionizada pelo Banco do Brasil, cuja finalidade principal é o saneamento do Exigível oneroso das empresas. Os critérios para enquadramento nessa operação ,

induziu à prática pelos empresários, do não pagamento de seus débitos para se beneficiarem do enquadramento, fazendo com que os índices do período se apresentassem, em alguns casos, elevados.

Por outro lado, um outro fato tem conduzido à existência de uma pressão em sentido, tendendo a reduzir esses números em outros agentes. Como poderemos observar no decorrer dos trabalhos, alguns bancos aplicam significativo percentual dos recursos no setor público que, tendo vinculado esses financiamentos à apropriação pelo agente das cotas de ICM e/ou FPE, não implica em débitos vencidos.

De modo geral, com excessão desses fatos podemos considerar de regular para fraco o desempenho global e que individualmente podemos sintetizar do seguinte modo:

DESENBANCO: Tanto o índice global como o de financiamento do BNDE são excessivamente altos, levando-nos a questionar sobre a qualidade das operações do agente. Esse fato poderá ser ratificado no seu comportamento também deficiente em diversos itens que serão analisados posteriormente.

BANESE: O nível de inadimplência global se situa bastante baixo em relação aos demais da região. Mesmo com um acompanhamento superficial, a causa desses números são poderá ser atribuída ao bom desempenho dos sistemas de cadastro e cobrança. Apesar da impossibilidade da obtenção do índice de inadimplência da carteira de desenvolvimento e o de financiamentos do BNDE, podemos apurar que todos os mutuários mantinham em dia seus pagamentos devendo, portanto, esses índices acompanharem os números do global. Observa-se ainda que os financiamentos via repasse do BNDE são em número reduzido estando na época ainda em período de carência.

BEAL: Um bom desempenho do BEAL é novamente evidenciado nesse item sendo atribuído à eficiente atuação do seu setor jurídico.

BANDEPE: Apesar do índice de inadimplência global aceitável, o referente a financiamentos do BNDE atingiu valor muito elevado. Segundo o agente, a entrada em operação da LEC deverá reduzir significativamente esses números. Deve-se observar que o sensível progresso do agente em diversos pontos analisados irão repercutir favoravelmente para redução dos valores.

Como observação final, podemos deduzir que fator de acidentalidade como a cheia ocorrida no Estado em 1975 contribuiu para o não pagamento de débitos por um grande número de empresas.

BEPb: Mesmo com índice global em 1975 muito baixo (2,7%) os da carteira de desenvolvimento e financiamento do BNDE, respectivamente 6,1% e 5,9% um pouco elevados, podemos considerar como razoável o comportamento do agente dado os níveis médios da região.

BDRN: Com o índice global de 8,4% e o dos financiamentos do BNDE de 2,5% o agente apresenta também níveis razoáveis para a região.

BANDECE: A inadimplência do agente se apresenta muito elevada, tanto na global como na referente a financiamentos do BNDE (respectivamente 15,4% e 17,4%). Atingindo diversos setores da economia não foi permitido identificar traços de crise em nenhum deles. Por outro lado não podemos atribuir esses números, como tenta o agente, ao elevado custo dos recursos onde a correção monetária seria a causa principal, tendo em vista que na linha de Pequena e Média Empresa da SUDENE e do BNB de condições mais favoráveis, a inadimplência é elevada (10,1%). O exame do desempenho do agente no decorrer do trabalho evidenciará que seu fraco desempenho em diversos outros pontos deverá ser a causa principal dos altos números obtidos.

Das inadimplências relativas às operações com recursos do BNDE o mais elevado se refere à linha PEB que, também pode ser atribuído como uma das linhas de maior problema aos demais agentes.

BEPi: O nível de inadimplência na carteira industrial é de 4,0% e com financiamentos do BNDE de 2,7% que podemos considerar muito bons em termos nacional e principalmente para a região.

Esses números refletem uma boa política de recuperação de créditos do agente.

BDM: O nível de inadimplência global é de 10,0% enquanto que os referentes às operações com mutuários do BNDE atingiu valor mais elevado (não foi possível a obtenção do valor exato). No entanto, apesar de altos, esses números representam um avanço em relação a anos anteriores onde os índices chegaram a atingir números em torno de 20,0%.

DISTRIBUIÇÕES DAS OPERAÇÕES POR TIPO DE INVESTIMENTO

(PROGRAMA DE OPERAÇÕES CONJUNTAS - POC)

(%, sobre total em ORTN'S dos deferimentos específicos)

	DESENBANCO		BANESE		BEA		BANDEPE		BEPb		BDRN		BANDECE		BEPi		BDM	
	75	76	75	76	75	76	75	76	75	76	75	76	75	76	75	76	75	76
Fixo/Misto (%)	78	10			97	98	25	63	-	82	67	70	100	100			77	100
Giro (%)	22	90			03	02	75	37	-	18	33	30	-	-			23	-
Empregos dir.gerados total aplicado (ORTN'S mil)	127	96			336	347	310	439	-	829	39	-	-	-			133	146
	19,9	38,7			327,8	143,7	127,6	312,4	-	204,7	144,4	12,8	99,8	40,4			57,7	78,6

Fonte: Relatórios de Acompanhamento de Agentes - DEBAN/APA - 1976.

BEPb - referente a acumulado 1975/76

1970 - até data da visita

Notas: 1) BEPb - acumulado 1975/76

2) dados de 1976 referentes até data das visitas aos respectivos Agentes.

De modo geral a distribuição das operações apresentam comportamento bastante diverso em 1975 e 1976. Observa-se em alguns agentes que setores de grande importância econômico-social no Estado não foram atendidos, sendo em alguns casos, como têxtil e açucareiro, a impossibilidade do atendimento no âmbito das operações POC/PACOTE.

A análise das aplicações dos agentes demonstra que a distribuição por setor obedece com mesmo comportamento seu objetivo de induzir a demanda e/ou diversificar o parque industrial.

Devemos destacar apenas o setor de minerais não metálicos em Alagoas, metal/mecânica em Pernambuco e Bahia e química em Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará. O setor de Produtos Alimentares via de regra tem razoável nível de aplicações em todos os agentes nos dois anos observados.

Quanto à distribuição por tipo de operação observa-se a grande predominância fixo/misto, fato material para a atuação de Bancos de Desenvolvimento. Um fato, no entanto, pode ser observado no comportamento do DESEN - BANCO em 1976 que passou a aplicar recursos de BNDE em capital de giro (90% das operações), fato que se persistir deverá ser objeto de análise já que foge à filosofia tanto de BD como do POC.

- Planejamento:

Para a avaliação deste ponto foram observadas respostas a quatro itens básicos e três itens auxiliares, indicadores de existência de planejamento nos agentes.

Podemos concluir que praticamente inexistente planejamento nos BD's analisados. Embora exista formalmente unidades de planejamento nesses agentes (ver análise de Estrutura Organizacional), não é utilizada como instrumento de gestão pela alta administração. O pequeno progresso alcançado se comparado

com relatórios anteriores não chega a ter grande peso na estruturação dos agentes, principalmente pela inexistência de plano de ação na maioria deles.

Numa avaliação mais particularizada apenas o BDM e o BANDEPE apresentaram razoável estruturação, principalmente o primeiro que dispõe de todas as unidades questionadas. O BANDEPE dispõe de "Plano de Ação" e "Orçamento de Investimento" sendo inclusive, seu plano de ação, compatível com o plano de ação do Estado e do BNDE, DESENBANCO e BEPi dispõem de orçamento de investimento enquanto que, BEAL, BDRN e BANDECE não apresentam nenhuma estrutura de planejamento.

No entanto, por ocasião da visita dos GT's para elaboração dos relatórios de acompanhamento, alguns agentes estavam elaborando seus planos de ação acreditando-se que, atualmente já devem estar melhor estruturados no que se refere a planejamento.

A seguir estão transcritos alguns trechos dos relatórios de acompanhamento de agentes, referentes a planejamento.

DESENBANCO - "O Plano de Ação estava sendo elaborado pela firma de Consultoria especializada CLAN (1). No entanto, observou-se que o nível de informação sobre este trabalho no agente é muito baixo, levando a crer que a ASPLAN (Assessoria de Planejamento do DESENBANCO) não vem realizando praticamente nenhum acompanhamento das atividades da Consultoria".

BEAL: "A Assessoria de Planejamento Integrado está sendo estruturado no momento, sendo responsável pela elaboração do I Plano de Ação por Programa do Agente, cujas linhas gerais e principais programas já foram definidos restando a quantificação dos objetivos. Seu chefe é elemento com boa experiência em órgãos estaduais de planejamento, trabalhando inclusive em estreita ligação com a Secretaria de Planejamento".

(1) O presente relatório de acompanhamento foi realizado em Abril/76 levando a crer que o plano de ação já deve estar concluído.

BANDEPE - "A unidade de estudos e pesquisas, localizada no DEPLAN trabalhou fundamentalmente (com novas diretrizes), nas atividades:

- Plano de Ação do BANDEPE;
- Plano de Expansão de Agências;
- Orçamento de Investimento.

A versão preliminar do Plano de Ação do Agente, elaborada em Jul/75, teve sua implantação adiada, face à calamidade pública que atingiu o Estado no segundo semestre de 1975. Outro fator do atraso se deve ao fato de alguns subprogramas (Participação Secretária, Recuperação de Empresas Industriais e Apoio à Micro-Empresa) careceram de maior grau de detalhe para se tornarem operacionais. Tomaram-se medidas neste sentido e espera-se que, em breve, deixe de ficar prejudicada a efetividade das políticas de captação a aplicação de recursos, bem como a vinculação desta aos estudos e pesquisas do Agente".

BEPb - "A atividade de Planejamento não é formalmente desenvolvida no banco. Embora, atualmente, a atenção do Diretor esteja mais voltada para o conhecimento da carteira a nível operacional, reconhece que a ênfase maior deve ser dada à definição de uma estratégia de ação.

Como primeiro passo, solicitou o levantamento da performance passada da carteira e elaborou um documento para discussão interna - Diretrizes Gerais para uma ação planejada".

BDRN - "Em princípio, está previsto o desenvolvimento das seguintes atividades:

I - Elaboração do Plano de Ação do Banco

II - Elaboração do Orçamento de Investimento

As atividades I e II constam da Operação 474, assinada em 17.03.76, como obrigação de apresentá-las para utilização de recursos acima de Cr\$ 15 milhões (liberação da 2ª parcela)".

BANDECE - "O Plano de Ação do BANDECE, apresentado ao BNDE em versão preliminar para fins de aprovação de recursos para aumento do capital, vem sendo elaborado em versão definitiva, juntamente com orçamento de investimentos, visando principalmente atender à exigência da Res. 474/75 (2).

Um trabalho relativo ao setor têxtil vem sendo realizado. O estudo pretende abranger desde o setor agrícola até a confecção e comercialização.

A principal atividade do DPA (Departamento de Planejamento e Avaliação), consiste em receber dados operacionais das diversas unidades, consolidá-los e emitir relatório mensal listando número e valor das diversas operações, distribuindo-o internamente".

Conta com lotação de cinco técnicos de nível superior, observando-se um esvaziamento da unidade pelo afastamento dos principais técnicos".

BDM - "No que se refere a elaboração de Plano de Ação e o estabelecimento de procedimentos e rotinas para Orçamento de Investimento, equipe do BEBAN / DEPLAN/DEIOR esteve em São Luis a fim de transmitir "know-how" necessário para execução dessa tarefa".

(2) Conclusão estava prevista para Out/76.

I T E M S	DESENBANCO		BANESE		BEAL		BANDEPE		BEP1		BORN		BANDECE		BEP1		BDM		TOTAL			
	ANTERIOR		ANTERIOR		ANTERIOR		ANTERIOR		ANTERIOR		ANTERIOR		ANTERIOR		ANTERIOR		ANTERIOR		ANTERIOR			
	S	N	SR	S	N	SR	S	N	SR	S	N	SR	S	N	SR	S	N	SR	S	N	SR	S
1) Há política de Conquista de Novos Clientes ?	X				X				X				X					X				
2) Há vínculo de fato entre a unidade de estudos e pesquisas e a política efetiva de aplicações ?	X				X				X				X					X				
3) Há política de oferecimento de novos serviços (programas setoriais, consórcios etc) ?	X				X				X				X					X				
TOTAL	- 2	1	- 2	1	- 2	1	- 2	1	- 2	1	- 2	1	- 2	1	- 2	1	- 2	1	- 2	1	- 2	1
1) A política de Conquista de novos clientes é a mesma anteriormente apresentada ?	X				X				X				X					X				
2) A política de Conquista de novos clientes é adequada ao porte do agente ?	X				X				X				X					X				
3) As atividades promocionais (propaganda, publicidade, venda pessoal) são satisfatórias ?	X				X				X				X					X				
TOTAL	- 1	2	- 1	2	- 1	2	- 1	2	- 1	2	- 1	2	- 1	2	- 1	2	- 1	2	- 1	2	- 1	2

FONTE: Relatórios de Acompanhamento de Agentes DEBAN/APA

NOTAS: S - sim

N - não

SR- sem resposta

Marketing

A avaliação deste ponto partiu da observação às respostas sobre três perguntas sobre a existência de uma política e três perguntas auxiliares permitindo assim observar a existência de um trabalho de marketing nos agentes.

Como no caso do planejamento nota-se a quase inexistência de uma política de marketing nos BD's da região e com exceção do BANDEPE os demais agentes não apresentam nenhuma estruturação nesse sentido.

Cabe aqui observar as dificuldades que acarreta, para instituições cercadas de tantas peculiaridades como são os BD's, principalmente no nordeste, a utilização dessa política. Em alguns estados da região torna-se facto quase impraticável a adoção plena de marketing. No entanto a adoção de procedimentos extremamente simples existentes dentro do marketing moderno poderiam ser eficazes, sem se recorrer a sofisticacões.

DESENBANCO: "Uma grande deficiência do Agente é a pouca atenção dispensada às atividades do marketing. Além de não dispor da unidade especializada, os executivos parecem adotar uma atitude passiva em relação ao problema, sendo para as visitas a empresas em órgãos de classe, especialmente no interior, no sentido de promover as linhas de crédito do Agente".

BEAL: "O agente está consciente da importância das atividades de marketing, tendo inclusive criado uma Assessoria de Marketing. Todavia, considerando a atual dificuldade do Agente em atender à demanda espontânea, não contando com objetivos de aplicação quantificados a nível de programa, e por estar aquela unidade em face de organização, tem-se dedicado somente às atividades de propaganda e relações públicas".

BANDEPE: "O agente se apresenta como o mais estruturado em marketing apresentando como único ponto deficiente a inexistência de vínculo entre a unidade de estudos e pesquisas e a política efetiva de aplicações".

BEPb: "Inexiste política de marketing no agente. A atuação nesse sentido por parte da nova Diretoria de Crédito Industrial está planejada para o desenvolvimento de atividades de promoção, incentivando maior contato com clientes efetivos e potenciais".

BDRN: Como na maioria dos Agentes, inexiste também no BDRN uma política de marketing.

BANDECE: Apesar da inexistência de respostas positivas às atividades formuladas no quadro, o Agente conta com um Departamento de Marketing, com um elemento (Engenheiro) desenvolvendo um trabalho visando contato com empresas. Realizara por ocasião da visita de acompanhamento o levantamento dos ex-clientes do BANDECE, de grandes empresas não clientes e pessoas físicas com condições e interesse em investimentos orientados pelo Agente. Não possuindo agências, cogita a rede do BNB e do Banco Estadual, existindo com este último minuta de convênio, com dúvidas quanto à sistemática operacional.

Quanto a aspectos promocionais nenhuma atividade tem sido executada.

I T E M S	DESENBIAICO		DANESE		BEAL		BANDEPE		BDRK		BEP1		BDH		TOTAL																	
	ANTERIOR		ANTERIOR		ANTERIOR		ANTERIOR		ANTERIOR		ANTERIOR		ANTERIOR		ANTERIOR																	
	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N	S	N														
1) Há política de formação de quadros técnicos ?	X		X		X		X		X		X		X		X		3	4														
2) O quadro técnico é de bom nível ?	X		X		X		X		X		X		X		X		5	2														
3) Há política de treinamento de pessoal ?	X		X		X		X		X		X		X		X		3	4														
4) Houve alteração na Composição da Diretoria ?	X		X		X		X		X		X		X		X		5	2														
5) O nível de integração pessoal é satisfatório ?	X		X		X		X		X		X		X		X		4	3														
6) O nível de integração pessoal é satisfatório ?																																
7) O nível de integração pessoal é satisfatório ?																																
8) O nível de integração pessoal é satisfatório ?																																
9) O nível de integração pessoal é satisfatório ?																																
10) O nível de integração pessoal é satisfatório ?																																
11) Processo decisório operacional utilizado é adequado ?	X		X		X		X		X		X		X		X		5	2														
12) É o mesmo anterior ?	X		X		X		X		X		X		X		X		5	2														
13) É boa a qualidade de suas análises ?	X		X		X		X		X		X		X		X		4	3														
14) Existem procedimentos formais para o acompanhamento dos beneficiários finais ?	X		X		X		X		X		X		X		X		5	2														
15) Existe algum tipo de acompanhamento dos beneficiários finais ?	X		X		X		X		X		X		X		X		4	3														
16) É boa a qualidade do acompanhamento ?	X		X		X		X		X		X		X		X		7	-														
17) O número de visitas é suficiente ?	X		X		X		X		X		X		X		X		1	6														
18) O tempo de tramitação no agente (dias para aprovação PCT) é razoável ? (até contratação)	X		X		X		X		X		X		X		X		-	7														
19) Existe sistema de informação operacional ?	X		X		X		X		X		X		X		X		2	4														
20) São as seguintes ?	X		X		X		X		X		X		X		X		2	2														
10 (dez) itens	3	5	2	3	5	2	2	7	1	7	3	5	4	1	4	5	1	3	6	1	5	5	2	8	-	32	34	24	19	42	29	50

Recursos Humanos

Apoiado em cinco perguntas, a visão do quadro de recursos humanos dos BD's da região pode ser considerado como razoável, principalmente quando observamos a evolução em comparação a relatórios anteriores. Uma das perguntas básicas: nível dos quadros técnicos. Foi considerado de bom nível em cinco dos agentes, com nível de integração de pessoal satisfatório em quatro deles. Em três BD's há política de formação de quadros e treinamento de pessoal sendo o mais animador, nesse como nos demais itens, o número sempre maior de agentes a disporem desses pontos quando comparado às análises anteriores.

Individualmente BEAL e BANDEPE são os agentes de melhor desempenho e que vem se estruturando nos últimos dois anos. Por outro lado a DESENBANCO não dispõe de nenhum dos itens formulados podendo ser apontado como um dos entraves a um desempenho satisfatório desse agente.

DESENBANCO: O número total de funcionários é de 221 inclusive 49 técnicos lotados nas áreas operacionais sendo a remuneração bastante alta em termos regionais. A atuação do Departamento de Recursos Humanos dispende de pequena verba são mais recentemente começou a normalizar. Apesar de realizar alguns cursos internamente e ter evidenciado novas preocupações a atuação do Departamento não é considerada satisfatória cabendo observar que sua atuação mais efetiva se defrontará, em certas áreas, com problemas maiores de política interna.

BEAL: A criação do Departamento de Recursos Humanos representa passo importante no sentido de solucionar seu principal problema, destacando-se a ênfase dada ao treinamento de pessoal técnico. Tenciona o agente promover reciclagem do pessoal atual após a admissão de novos técnicos.

BANDEPE: Constatou-se um elevado grau de motivação da equipe técnica do agente, especialmente no setor de análise de projetos. Dos 63 técnicos existentes, 34 são de nível superior sendo 15 recém admitidos e com curso de especialização. Se bem que ainda não esteja formalmente definida uma política de recursos humanos nos termos de decisão Dir-61/76 ela vem sendo executada por antecipação, informalmente.

BEPi: A política do BEPi apresenta-se bastante deficiente, com efeitos negativos sobre as demais atividades desenvolvidas, notadamente na carteira industrial. A GERHU se ressentida de autonomia para criar novos parâmetros de atuação ou mesmo modificar situações existentes.

O novo plano de cargos e salários (Fev/76) aliado às deficiências das acomodações do setor de análise e acompanhamento (13 técnicos) anula o entusiasmo existente e os níveis salariais são reconhecidos como irrisórios pelo projeto agente.

Processo Decisório Operacional

Em que pode ser o processo decisório operacional adequado na maioria dos agentes, a análise global deste ponto a partir dos itens formulados apresenta um comportamento fraco dos BD's apesar de pequeno progresso obtido relacionado com relatórios anteriores. Dos sete agentes observados, cinco dispõem de processo decisório adequado, em quatro a qualidade das análises foi considerada boa e em todos os sete existe algum tipo de acompanhamento dos beneficiários finais. Itens como tempo de tramitação, da análise no agente, qualidade do acompanhamento, sistema de informação operacional, ainda são pontos deficientes na maioria dos BD's.

Individualmente o BEAL se apresenta melhor estruturado seguido pelo BDM e BEPi. Por outro lado, DESENBANCO e BANDEPE apresentam deficiências nesse ponto, sendo que, para o DESENBANCO esse fato é um reflexo dos demais pon

tos negativos vistos no decorrer do presente trabalho e, quanto ao BANDEPE, como poderemos concluir posteriormente, demonstra a estruturação ainda deficiente na carteira industrial apesar da boa estruturação e desempenho do agente como um todo.

Estrutura Organizacional

A análise da estrutura organizacional partiu da observação das respostas a novas perguntas básicas sobre existência de unidades organizacionais, cinco sobre funcionamento de algumas dessas unidades e mais quatro auxiliares.

O comportamento global dos agentes, quanto à estrutura organizacional apresenta um desempenho satisfatório principalmente se observado apenas a existência de unidades montadas apresentando porém deficiências no que tange ao funcionamento adequado. Apesar desse ponto ainda negativo, os agentes demonstraram um sensível progresso quando comparamos os dados atuais com os de relatórios tanto em implantação de unidades como em um funcionamento adequado.

Individualmente BEAL, BANDEPE e BDRN apresentam-se bem estruturados seguidos por DESENBANCO, BDM e BANDEPE em menor proporção o BEPi.

No entanto, apenas BANDEPE, BDM e BDRN apresentam um funcionamento adequado da grande parte dessas unidades enquanto os demais têm no aspecto do funcionamento, uma grande deficiência.

Quanto aos itens questionados, todos os agentes dispõem de unidade de Controle Financeiro e unidade de Recursos Humanos. Seis dos sete agentes analisados possuem unidade de planejamento e unidade de auditoria interna, cinco de unidade de O & M e quatro têm organograma adequado e auditoria externa. Os pontos mais deficientes prendem-se à existência de unidades de Estudos Setoriais e /ou Regionais em apenas três agentes e de unidade de Marketing em dois. Quanto ao funcionamento das unidades, apenas a de Recursos Humanos em cinco agentes está melhor estruturada e as demais funcionam adequadamente em um ou dois agentes o que no entanto ainda é significativo pois, em

relatórios anteriores as poucas unidades existentes não tinham funcionamento adequado.

Os dados acima podem ser complementados com a transcrição de alguns trechos do Relatório de acompanhamento de agentes.

DESENBANCO: "A estrutura organizacional do agente é, sem dúvida, um dos entraves maiores a um desempenho satisfatório.

As deficiências apontadas no Relatório anterior persistem, nos parecendo mesmo que a criação das Diretorias de Patrimônio e de Assuntos Jurídicos e Relações Públicas representam funções que poderiam ser atendidas a níveis menores do Organograma.

A direção, entretanto, tem consciência das deficiências atuais da estrutura organizacional".

BEAL: "A Diretoria do Agente tem se preocupado bastante com o aperfeiçoamento da estrutura administrativo-organizacional, tendo criado uma Diretoria Financeira e Departamentos de Recursos Humanos e Processamento de Dados e Assessorias de Planejamento e Marketing, além da reestruturação do Departamento de O & M. Embora essas unidades encontrem-se em fase de organização, já se observa alguns resultados satisfatórios como: elaboração de orçamento de receitas e despesas, implantação de programas de processamento eletrônico de dados, treinamento de pessoal e outros".

BANDEPE: "A estrutura organizacional do BANDEPE, reformulada no fim de 1973 encontra-se em fase final de implantação. Iniciou-se a montagem do sistema de O & M, cujo reduzido tempo de existência não permite avaliar seus resultados".

BEPb: "Recentemente o BEPb passou por uma reorganização em sua estrutura funcional, que implicou na elaboração de novo organograma em substituição ao anterior (que não chegaria a ser plenamente implantado). Em relação a este, o

novo organograma apresenta-se mais simplificado e funcional, obrigando ainda algumas falhas, a saber:

- Não se projetou a criação da unidade de planejamento ficando, portanto, a cargo dos diretores das carteiras de crédito geral, rural e industrial a programação de suas atividades, de forma individualizada. Tal forma tende a gerar choques quanto à utilização dos recursos disponíveis (principalmente os que não tenham aplicação específica), beneficiando, talvez, a carteira de crédito comercial, que, sobre a mudança na orientação, tem a maior força no banco.

Existem unidades funcionais no organograma cujo procedimento efetivo não deverá ocorrer a curto prazo, como é o caso da Assessoria de Planejamento e Coordenação-APC.

O Banco conta com auditoria interna, limitada no entanto à usual atividade fiscalizadora de agências, característica de bancos comerciais.

A unidade de controle financeiro dedica-se basicamente à elaboração diária de previsões de caixa. Prepara também orçamento de aplicações e de custeio mas não realiza o acompanhamento devido à pouca preocupação com os mesmos por parte dos órgãos encarregados de seu cumprimento".

BDRN: "Na visita de acompanhamento, constatou-se que o Agente está se empenhando na implementação do seu novo organograma. Parte integrante dele é a Assessoria de Planejamento, que apesar de já existir no papel, não vinha operando por falta de pessoal.

Apesar de apresentar falhas a nível institucional e operacional, pode-se sentir que a situação em que está hoje o BDRN é sensivelmente melhor do que a que se encontrava na ocasião do último acompanhamento".

BANDECE: "Implantada no início de 1976, a atual estrutura organizacional do agente procurou basear-se no modelo elaborado pela ABDE em 1975. As funções básicas estão divididas em três diretorias, de forma não equilibrada, com prejuízo do desempenho operacional .

Embora exista formalmente um Departamento de Planejamento e Avaliação, Planejamento e Orçamento de Investimentos não são utilizados como instrumento de gestão; igualmente o Departamento de Marketing foi considerado como não existe uma unidade de O & M, sendo os procedimentos elaborados dentro de cada unidade, ou copiados de outros BD's ou por técnicos designados para tarefa específica".

BDM: "Na visita de acompanhamento constatou-se que o agente está providenciando a elaboração de plano de saneamento da composição de sua carteira de operações ativas e de reformulação do seu sistema de cobrança. No que se refere à elaboração de Plano de Ação e o estabelecimento de procedimentos e rotinas para Orçamento de Investimentos, a equipe do DEBAN/DEPLAN/DEIOR esteve em São Luis, a fim de transmitir o "know-how" necessário para execução destas tarefas.

A nova estrutura organizacional, adaptada pela Assessoria Técnica do Agente, seguindo as recomendações do GT BDM/NAE, começará a ser implantada por ocasião da liberação da 1ª parcela do financiamento na RES.474/75.

Além dessas medidas, o BDM deverá em breve tomar providências a fim de elaborar versão preliminar de plano que possibilitem reorganizar seu sistema de acompanhamento e cadastro. Providências entendimentos com NAE/MA (atual CEAG) e Escritórios de Consultoria a fim de implantar novas rotinas e procedimentos de outras atividades, montar um sistema de informação operacional".

2.2.3 - Indicadores Financeiros

	DESENBANCO			BANESE			BEAL			BANDEPE			BEPb			BDRN			BANDECE			BEP1			BDM				
	73	74	75	73	74	75	73	74	75	73	74	75	73	74	75	73	74	75	73	74	75	73	74	75	73	74	75		
	Emprest. Setor Público/Empréstimos.....	8,8	6,8	6,4	-	40,2	39,4	39,1	46,5	46,5	59,3	58,9	62,0	48,7	62,7	56,6	-	7,9	8,5	-	4,7	3,4	-	100,0	95,3	96,6	26,0	26,9	
Emprest. Setor Privado/Empréstimos.....	91,2	93,2	93,6	93,0	59,8	50,6	60,9	53,5	53,5	40,7	41,1	38,0	51,3	37,3	43,4	-	92,1	91,3	-	21,3	26,0	-	78,7	45,2	46,9	1,15	3,54		
Emprest. Setor Primário/Emprést. Setor Privado.....	0,6	0,4	2,4	49,3	21,9	23,0	18,4	18,3	14,1	13,2	15,7	18,4	14,1	5,6	2,6	-	0,2	0,1	-	1,15	1,14	-	72,3	85,0	79,1	18,4	13,7		
Emprest. Setor Secundário/Emprést. Setor Privado.....	86,2	85,6	79,2	-	33,8	32,4	48,5	61,7	62,2	54,2	51,7	68,5	53,3	92,9	91,3	-	88,9	80,3	-	18,4	9,3	-	12,3	5,2	7,5	2,6	1,6		
GPAU DE ENDIVIDAMENTO (exigível/não exigível)	5,2	3,8	4,2	10,1	10,1	17,3	12,3	0,8	17,5	6,0	4,0	6,6	7,1	14,2	10,1	-	29,7	22,4	-	1,2	1,2	-	1,2	1,2	1,6	-	-		
Lucro Operac. de Emprést./Receitas.....	47,2	34,5	35,0	58,6	47,9	48,6	34,9	37,5	27,7	73,0	60,9	68,6	36,7	37,3	42,3	-	25,3	22,6	-	18,4	9,3	-	18,4	9,3	13,7	12,3	5,2	7,5	
Lucro Líquido/Receitas.....	31,5	31,9	33,3	34,3	28,4	19,5	17,6	18,7	9,7	26,8	22,5	26,8	20,5	15,6	10,2	-	22,7	14,9	-	18,4	9,3	-	18,4	9,3	13,7	12,3	5,2	7,5	
Rentabilidade Nominal (L.L./Cap.Social)...	49,7	44,5	60,7	65,5	70,5	51,1	36,4	35,8	30,0	33,0	57,0	70,2	24,9	25,3	13,6	-	52,9	22,8	-	18,4	9,3	-	18,4	9,3	13,7	12,3	5,2	7,5	
Rentabilidade Real (L.L./P.L.).....	18,8	24,4	21,4	33,3	33,5	37,0	27,4	26,8	21,5	22,9	30,7	35,6	14,9	19,7	9,5	-	19,0	15,9	-	18,4	9,3	-	18,4	9,3	13,7	12,3	5,2	7,5	
Lucro Líquido/Recursos Totais.....	3,5	5,4	4,2	2,8	2,7	1,8	2,1	2,3	1,2	1,3	1,2	2,2	1,62	1,1	0,8	-	4,4	2,9	-	1,2	1,2	-	1,2	1,2	1,6	-	-	-	-
Garantias Prestadas/não exigível.....	62,3	70,0	94,6	-	10,8	5,3	-	-	-	34,3	45,1	45,0	137,2	96,1	73,8	-	89,6	78,2	-	18,4	9,3	-	18,4	9,3	13,7	12,3	5,2	7,5	
Custo Captação Depósito P.F/D.P.F.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C.P.F./Financiamento Rec. Próprios.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Inadimplimento Total de sua Carteira...	-	-	19,7	-	-	2,1	3,0	4,0	5,2	2,1	4,6	2,7	-	-	8,43	-	12,8	15,4	-	19,1	10,0	-	19,1	10,0	-	-	-	-	-
Desp. Adm./Emprést. e Financiamento.....	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,5	3,5	3,9	4,0	3,4	1,9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Relatórios de Acompanhamento de Agentes - APA/DEBAN - 1976.

Nota: Indicadores Financeiros em percentagens (exceto grande endividamento).

Retrospectiva Financeira

A análise deste ponto não apresenta características de um trabalho com maior profundidade. A necessidade para uma análise desse tipo, de sem contar com balanços analíticos e participação de um especialista em análise financeira, evidencia a superficialidade dos comentários que podem conduzir a imagem distorcida do comportamento de algum agente.

No entanto pode-se comentar alguns dos índices apresentados, notadamente quanto à sua evolução nos diversos períodos apresentados.

A destinação dos empréstimos entre os setores públicos e privados não parece seguir uma linearidade em todos os BD's. Isto se prende basicamente à existência entre os agentes analisados de Bancos de Desenvolvimento, e Bancos Comerciais com Carteiras de Desenvolvimento. A gestão de determinar fundos por parte de BD's ou bancos estaduais com características unicamente comerciais em alguns Estados conduz a conclusões pouco válidas se compararmos a atuação dos agentes entre si.

BEA, BANDEPE, BEPb e BDRN vêm destinando nos vários períodos, sempre porcentagem superior a 40% dos recursos para o setor público. Esse fato atualmente tem reflexos no índice de inadimplência desses agentes, tendo em vista a vinculação desses financiamentos às quotas do ICM e FPE não ocorrendo portanto, débitos em atrasos. DESENBANCO, BANDECE e BDM mantêm sempre parcelas inferiores a 10% dos financiamentos totais, para o setor público.

Como já observamos anteriormente a gestão, como por exemplo, de recursos do BNH, dado os elevados volumes de recursos, devem ser apontados como causa dessas distribuições, quando é gerido ou não pelos BD's em cada Estado.

O setor secundário absorve as maiores parcelas dos financiamentos do setor privado, e com maior destaque nas aplicações do DESENBANCO, BANDEPE, BEPb, BDRN e BANDECE com percentuais sempre superiores a 60% dos recursos aplicados no setor secundário. BEAL e BDRN com respectivamente 23,0% e 26,9% em 1975 têm maiores aplicações no setor primário.

2.2.4 - FONTES DE RECURSOS: (Diferenças de Saldos e Balanços)

ANO: 1973

FONTES	Cr\$ Mil (Preços Correntes)											
	DESENBANCO	BANESE	BEAL	BANDEPE	BEPB	BDRN	BANDECE	BEPI	80M			
<u>I - INSTIT. OFICIAIS</u>	144.557	51,3	160.811	86,3	98.043	95,1	17.045	87,6	69.560	94,9	28.538	53,6
- BNDE/POC	-		-		-		-		-		-	-
- BNDE/FINAME	9.673	3,4	13.996	7,5	7.884	7,6	-	-	1.342	1,8	392	0,7
- BNDE/OUTROS	118.578	42,1	28.656	15,4	48.372	46,9	11.461	58,9	6.196	8,4	19.936	37,5
- CEF	-		11.941	6,4	-		2.983	15,3	6.177	8,4	-	-
- BNH	2.530	0,9	30.200	16,2	16.174	15,7	-	-	35.472	48,4	-	-
- BACEN	7.580	2,7	44.291	23,8	561	0,5	1.173	6,0	-		4.549	8,5
- BNB	6.276	2,2	-		-		-	-	-		-	-
- BB	-		-		4.411	4,3	1.428	7,4	400	0,5	-	-
- FINEP	-		-		-		-	-	19.973	27,3	-	-
- Outros	-		31.727	17,0	20.541	20,1	-	-	-		3.653	6,9
<u>II - OUTRAS FONTES</u>	137.331	48,7	25.575	13,7	5.076	4,9	2.411	12,4	3.703	5,1	24.709	46,4
- REC. PROPRIOS	53.875	19,1	25.575	13,7	5.076	4,9	2.411	12,4	3.703	5,1	24.709	46,4
- REC. EXTERNOS	-		-		-		-	-	-		-	-
- DIVERSOS	83.456	29,6	-		-		-	-	-		-	-
TOTAL (I + II)	281.888	100	186.386		103.119	100	19.456	100	73.263	100	53.239	100

Fontes: Relatórios de Acompanhamento de Agentes - BEBAN/APA - 1976

FONTES	DESEMBANCO	BANESE	BEAL	BANDEPE	BEPB	BDRN	BANDECE	BEPI	BDM						
I - INST. OFICIAIS	260.332		330.885	88,7	157.801	99,1	28.234	96,0	97.845	98,6	98.080	70,3		49.553	58,0
- ENDE/POC	-		-		51.790	32,5	1.500	5,1	2	-	5.341	3,8		-	-
- BNDE/FINAME	16.132		13.439	3,6	6.774	4,3	2.284	7,8	(42)	-	(1.700)	(1,2)		103	0,1
- BNC - /OUTROS	189.342		72.386	19,4	32.197	20,2	14.442	49,1	29.636	29,9	79.389	56,9		31.04	36,3
- CEF	-		7.211	1,9	-		3.000	10,2	(1.586)	1,6	-	(0,5)		-	-
- BNH	26.508		94.582	25,4	3.470	2,2	-		30.290	30,0	(686)			-	-
- BACEH	8.500		67.270	18,0	663	0,4	4.153	14,1	15.000	15,1	1.000	0,7		9.501	11,2
- BNB	16.192		-		-		-		-	-	14.736	10,6		-	-
- BB	-		2.000	0,6	-		2.855	9,7	520	0,5	-			-	-
- FINEP	3.658		73.997	19,8	56.682	35,6	-		24.025	24,2	-			-	-
- Outros	-		-		-		-		-	-	-			-	-
II - OUTRAS FONTES	221.987		42.033	11,3	1.401	0,9	1.176	4,0	1.365	1,4	41.426	29,7		35.896	42,0
- REC. PRÓPRIOS	109.924		42.033	11,3	1.401	0,9	1.176	4,0	1.365	1,4	36.502	26,2		35.896	42,0
- DEPS. EXTERNOS	-		-		-		-		-	-	-			-	-
- DIVERSOS	112.063		-		-		-		-	-	4.924	3,5		-	-
TOTAL (I + II)	482.319		372.918	100	159.202	100	29.410	100	99.210	100	139.506	100		85.449	

Fonte: Relatórios de Acompanhamento de Agentes - BEBAN/APA - 1976

FONTES	DESENBANCO	BANESA	BEA	BANDEBE	BEPB	BDRM	BANDECE	DEPI	BDM
<u>1- INSTITUIÇÕES OFI-</u>									
<u>CAIAS</u>	481.161	-	624.637	790.449	98,1	111.227	80.671		96.642
- BIDE/POC	56.913		18.767	49.862	6,2	26.210	28.957		21.927
- BIDE/FINAME	33.468		20.135	71.655	8,9	1.046	41.129		65
- BIDE/OUTROS	222.861		98.535	6.908	0,8	24.675	1.667		35.258
- CEF	63.484		35.458	30.291	3,8	(1.860)	-		1.328
- BNH	55.639		180.907	536.376	66,6	34.825	(5.676)		-
- BACEN	11.000		137.383	79.210	9,8	-	1.000		23.252
- BNB	26.598		-	-	-	-	13.549		-
- BB	8.198		2.435	5.032	-	1.636	-		-
- FIREP	3.000		130.827	5.084	-	24.695	-		-
- Outros +			49.510	14.899	1,9	2.396	24.161		14.512
<u>11- OUTRAS FONTES</u>	352.695		49.510	7,4	0,4	10,0	23,0		34.200
- REC. PRÓPRIOS	170.459		49.510	4.128	0,5	12.396	2.525		34.200
- DEP. EXTERNOS	-		-	10.771	1,5	-	-		-
- Outros: Depósitos ICM			-	-	-	-	21.636		-
- Fundos de Desenvolvi-	182.236		-	-	-	-	-		-
- mento			-	-	-	-	-		-
	833.856		674.047	805.348	100	123.623	104.832		130.842
	100		100	100	100	100	100		100

Fonte: Relatórios de Acompanhamento de Agente APA/DEBAN - 1976

Relatórios Anuais dos BD's.

Antes de analisar a participação do BNDE no total dos recursos aplicados pelos BD's cabe observar a participação de recursos do BNH por alguns agentes o que, dado ao devido volume movimentado poderá dar uma visão um pouco distorcida da participação do BNDE no total.

De fato com alguns anos, determinados agentes ou sua carteira industrial gere os recursos dos diversos programas do BNH e em consequência observamos que a participação do BNDE cai para níveis entre 20 e 30% do total aplicado. Executando-se esse fato, normalmente os reembolsos dos saldos correspondem a valores em torno de 50%.

Individualmente o BEP e BANDE e BANDEPE (com excessão em 75) são os agentes que os recursos do BNDE são mais significativos no total aplicado e o BEA com menores percentuais. Ressalte-se a única queda ocorrida com o BANDEPE em 1975, (passou de 57,0% para 15,9%) tendo em vista o elevado movimento de recursos do BNH esse exercício que correspondeu a 66,6% das aplicações desse agente.

QUADRO II- 14

2.2.3 - Capital Social e Corpo Técnico

AGENTES	CAPITAL SOCIAL				CORPO TÉCNICO
	ATUAL		ANTERIOR		
	Cr\$ Mil	Situação	Cr\$ Mil	Situação	
DESENBANCO	200.000	-	60.180		49
BANESE					-
BEA	50.000	08.04.76	30.000		23
BANDEPE	100.000	30.05.76	60.000		63
BEPb	50.000	19.07.76	25.000		20
BDRN	49.700	21.05.76	19.700		29
BANDECE	120.000	30.09.76	60.000		59
BEPi	-	-			-
BDM	30.000	04.04.76	20.000		28

Fonte: Relat6rios de Acompanhamento de Agentes APA/DEBAN - 1976

Nota: Todos os BD's obtiveram recursos no 6mbito da Resolu76o 474 do BNDE visando financiamento aos Estados para aumento de capital dos Bancos Estaduais.

2.3. Outros aspectos da Economia Nordestina como condicionantes à atuação dos BD's

No entanto, qualquer análise sobre o comportamento desses agentes necessita de comentários adicionais sobre o universo industrial da região como um todo e particularmente de cada estado. Esses fatos indiretamente podem ser observados a partir de comportamento de sistema de incentivos fiscais e atuação do BNDE na região.

- Evolução dos Investimentos aprovados pela SUDENE - Período 1973/75

O principal objetivo que se visa com esses comentários é o de oferecer informações atualizadas sobre o comportamento global dos novos investimentos na região, notadamente quanto à parcela de incentivos fiscais. Dentro dessa orientação, são apresentados dados que provocaram desvios relativamente acentuados nas alocações de recursos não sendo pretensão ou objetivo, conclusões sobre causas e conseqüências da distribuição desses investimentos, melhor alocação, otimização, mas sim mostrar a concentração desses investimentos que conduz à existência de universos industriais intra-regionais.

Todos os quadros elaborados a partir de dados obtidos a preços correntes sendo elaborado um correspondente a preços constantes (inflacionado pelo Índice "2" da Conj. Econômica, n.1. v.29, nov. 75). Os comentários estão relacionados aos quadros com valores constantes sendo os demais utilizados como complemento.

QUADRO III - 1

SUDENE: PROJETOS INDUSTRIAIS

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS APROVADOS (Período 1973/75)

(INCENTIVOS FISCAIS 34/18 e FINOR)

Cr\$ milhões (Preços Correntes)

U.F.	1973		1974		1975		VARIAÇÃO PERC.	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
BA	497,9	36,3	1.095,8	43,5	864,3	38,9	120,1	(21,1)
PE	218,2	15,9	905,2	35,9	411,7	18,6	314,8	(54,5)
CE	122,7	8,9	168,0	6,7	127,6	5,7	36,9	(24,0)
RN	156,0	11,4	91,7	3,6	19,8	19,8	(41,2)	379,9
MG	131,9	9,6	140,2	5,6	221,8	10,0	6,3	58,2
SE	13,8	1,0	60,2	2,4	58,5	2,6	336,2	(2,8)
PB	130,9	9,5	21,7	0,9	81,5	3,7	(83,4)	275,6
AL	13,9	1,0	13,2	0,5	11,8	0,5	(5,0)	(10,6)
MA	23,9	1,7	14,6	0,6	5,6	0,2	(38,9)	(61,6)
PI	64,0	4,7	10,5	0,3	-	-	(83,6)	-
T O T A L	1.373,2	100,0	2.521,1	100,0	2.222,9	100,0	83,6	(11,8)

FONTE: SUDENE - Relatórios da Secretaria Executiva

QUADRO III - 2

SUDENE - PROJETOS INDUSTRIAIS

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS APROVADOS (Período 1973/75)

(INCENTIVOS FISCAIS 34/18 e FINOR)

Cr\$ milhões (Preços Constantes: base 1975)

ANO U.F.	1973		1974		1975		VARIÇÃO PERC.	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	74/73	75/74
BA	803,1	36,3	1.369,8	43,5	864,3	38,9	70,6	(36,9)
PE	351,9	15,9	1.131,5	35,9	411,7	18,6	221,5	(63,6)
CE	197,9	8,9	210,0	6,7	127,6	5,7	6,1	(39,2)
RN	251,6	11,4	114,6	3,6	440,1	19,8	(54,4)	284,0
MG	216,7	9,6	175,3	5,6	221,8	10,0	(19,1)	26,5
SE	22,2	1,0	75,2	2,4	58,5	2,6	238,7	(22,2)
PB	211,1	9,5	27,1	0,9	81,5	3,7	(87,2)	200,7
AL	22,4	1,0	16,5	0,5	11,8	0,5	(26,3)	(28,5)
MA	38,5	1,7	18,2	0,6	5,6	0,2	(52,7)	(69,2)
PI	103,2	4,7	13,1	0,3	-	-	-	-

FONTE: SUDENE: Relatórios da Secretaria Executiva

SUDENE: PROJETOS INDUSTRIAIS
EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS APROVADOS (Período 1973/75)

(INVESTIMENTO TOTAL)

U.F.	ANO	Cr\$ Milhões (Preços Correntes)											
		1 9 7 3		1 9 7 4		1 9 7 5		VARIACÃO PERCENT.		VALOR		%	
		VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%		
BA		2.089,2	48,2	6.404,0	57,3	2.971,6	48,3	206,5	(53,6)				
PE		591,4	13,6	3.449,7	30,9	808,1	13,1	483,3	(76,6)				
CE		254,8	5,9	378,5	3,4	322,6	5,2	48,6	(14,8)				
RN		310,8	7,2	336,5	3,0	1.249,8	20,3	8,3	271,4				
MG		263,9	6,1	360,4	3,2	466,5	7,6	36,6	29,2				
SE		27,8	0,6	140,1	1,3	135,0	2,2	404,0	(3,6)				
PB		514,3	11,8	21,5	0,2	180,3	2,9	(95,8)	738,6				
AL		74,9	1,7	25,8	0,2	19,4	0,3	(65,6)	(24,8)				
MA		35,6	0,8	32,2	0,3	2,4	0,1	(9,6)	(92,6)				
PI		176,9	4,1	19,9	0,2	-	-	(88,8)	-				
TOTAL		4.339,6	100,0	11.168,6	100,0	6.154,7	100,0	157,4	(44,5)				

Fonte: SUDENE - Relatórios da Secretaria Executiva.

SUDENE: PROJETOS INDUSTRIAIS

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS APROVADOS (Período 1973/75)

(INVESTIMENTO TOTAL)

U.F.	ANO	Cr\$ Milhões (Preços Constantes - base 1975)				VARIACÃO		PERCENT.
		1 9 7 3	1 9 7 4	1 9 7 5	VALOR	VALOR	%	
BA		3.369,7	8.005,0	2.971,6	57,3	48,3	137,6	(62,9)
PE		953,9	4.312,1	808,1	30,9	13,1	352,0	(81,3)
CE		411,0	473,1	322,6	3,4	5,2	15,1	(31,8)
RN		501,3	420,6	1.249,8	3,0	20,3	(16,1)	197,2
MG		425,6	450,6	465,5	3,2	7,6	6,9	3,3
SE		44,8	175,1	135,0	1,3	2,2	290,8	(22,9)
PB		829,5	36,9	180,3	0,2	2,9	(96,8)	570,3
AL		120,8	32,2	19,4	0,2	0,3	(73,3)	(39,8)
MA		57,4	40,2	2,4	0,3	0,1	(30,0)	(94,0)
PI		285,3	24,9	-	0,2	-	(91,3)	-
TOTAL		6.999,3	13.960,7	6.154,7	100,0	100,0	99,5	(55,9)

SUDENE: PROJETOS INDUSTRIAIS

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS APROVADOS (Período 1973/75)

Cr\$ Milhões (Preços Correntes)

ANO	1 9 7 3			1 9 7 4			1 9 7 5		
	Inves. Total	Inc. Fiscais 34/18	Invest. Total	Inc. Fiscais 34/18	Invest. Total	Incentivos		Fiscais	
						34/18	Finor		
BA	2.089,2	497,9	6.404,0	1.095,5	2.971,6	498,1		366,2	
PE	591,4	218,2	3.449,7	905,2	808,1	134,6		277,1	
CE	254,8	122,7	378,5	168,0	322,6	31,4		96,2	
RN	310,8	156,0	36,5	91,7	1.249,8	45,0		395,1	
MG	263,9	131,9	360,4	140,2	465,5	(7,5)		221,8	
SE	27,8	13,8	140,1	60,2	135,0	18,8		39,7	
PB	514,3	130,9	21,5	21,7	180,3	19,9		61,6	
AL	74,9	13,9	25,8	13,2	19,4	-		11,8	
MA	35,6	23,9	32,2	14,6	2,4	5,6		-	
PI	176,9	64,0	19,9	10,5	-	-		-	
TOTAL	4.339,6	1.373,2	11.168,6	2.521,1	6.154,7	753,4		1.469,5	

Fonte: SUDENE - Relatório da Secretaria Executiva.

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS APROVADOS (Período 1973/75)

ANO	1 9 7 3			1 9 7 4		1 9 7 5	
	Invest. Total	Inc. Fiscais 34/18	Invest. Total	Inc. Fiscais 34/18	Invest. Total	Inc. Fiscais 34/18	Invest. Total
BA	3.369,7	803,1	8.005,0	1.369,8	2.971,6	498,1	366,2
PE	953,9	351,9	4.312,1	1.131,5	808,1	134,6	277,1
CE	411,0	197,9	473,1	210,0	322,6	31,4	96,2
RN	501,3	251,6	420,6	114,6	1.249,8	45,0	395,1
MG	425,6	216,7	450,6	175,3	465,5	-	221,8
SE	44,8	22,2	175,1	75,2	135,0	18,8	39,7
PB	829,5	211,1	26,9	27,1	180,3	19,9	61,6
AL	120,8	22,4	32,2	16,5	19,4	-	11,8
MA	57,4	38,5	40,2	18,2	2,4	5,6	-
PI	285,3	103,2	24,9	13,1	-	-	-
TOTAL	6.999,3	2.314,8	13.960,7	3.151,3	6.154,9	753,4	1.469,5

Fonte: SUDENE

SUDENE: APROVAÇÕES E LIBERAÇÕES AUTORIZADAS E EFETUADAS

(1971 - 1976)

TOTAIS 34/18 - FINOR

Cr\$ Milhões (Preços Correntes)

ANO	APROVAÇÕES			TOTAL	LIBERAÇÕES			TOTAL
	PROJ. INDUSTRIAIS	PROJ. AGROPECUÁRIOS	PROJ. AGROPECUÁRIOS		PROJ. INDUSTRIAIS	PROJ. AGROPECUÁRIOS	PROJ. AGROPECUÁRIOS	
1971	910,3	475,9	1.385,2	775,3	113,9	88		
1972	802,1	409,9	1.211,9	738,8	128,8	86		
1973	1.373,2	184,4	1.557,6	602,2	149,5	75		
1974	2.521,1	125,7	2.646,8	1.024,8	255,7	1.30		
1975	2.222,9	343,0	2.565,9	2.648,0	338,0	2.98		
1976	5.159,1	713,2	5.872,3	2.802,0	620,0	3.42		
TOTAL	12.988,7	2.252,0	15.240,7	8.601,1	1.615,5	102		

Fontes: Relatórios SUDENE - 1972/73

Relatórios da Secretaria Executiva - SUDENE

Resumos de Pareceres de Projetos Aprovados - SUDENE

DEFIS/BNB

OPERAÇÕES APROVADAS PELO BNDE, EM MOEDA NACIONAL, POR ESTADO DA REGIÃO NORDESTE (*)

PERÍODO 1971/75

ESTADUAL																		
MARANHÃO	45.080	14,6	39.795	6,4	55.350	3,8	65.703	2,4	86.675									
PIAUI	124	0,1	11.433	1,8	48.650	3,3	60.352	4,1	66.213									
CEARÁ	20.416	6,6	83.245	13,4	116.185	7,9	65.933	2,6	160.366									
RIO GRANDE DO NORTE	2.501	0,8	6.666	1,0	85.331	5,8	119.321	5,1	190.947									
PARAIBA	32.783	10,7	31.618	5,1	20.500	1,4	29.064	1,4	108.645									
PERNAMBUCO	16.841	5,5	51.300	8,3	144.332	9,8	258.729	11,9	315.261									
ALAGOAS	5.896	1,8	190.181	30,6	61.938	4,2	28.524	1,2	628.277									
SERGIPE	2.929	0,9	7.004	1,1	29.508	2,0	21.517	0,9	44.569									
BAHIA	179.441	88,6	200.754	32,3	911.523	61,8	1.844.637	70,4	4.193.676									
TOTAL NORDESTE	303.011	100,0	621.996	100,0	1.473.317	100,0	2.494.680(**)	100,0	5.794.629									
TOTAL BRASIL	3.217.590	-	4.869.950	-	7.508.078	-	20.340.838	-	37.743.082									
% NORDESTE/BRASIL		9,5		12,8		19,6		12,3										

FONTE: Relatório BNDE - 1975

(*) Inclui todos os programas operados diretamente pelo Banco e operações aprovadas pelas Subsidiárias

(**) Exclusive Cr\$ 120,4 milhões interregional

Sem embargo, os quadros apresentados refletem as conseqüências da recessão que afetou a maioria dos países industrializados do mundo ocidental a partir de 1973 e que se estendeu sobre as economias brasileira e nordestina. O volume total de investimentos aprovados no período 73/74 apresentou variações positivas de quase 100%, refletindo a continuidade da política expansionista iniciada nos anos 1971/72. Em 1975, os efeitos da crise que já no ano anterior se fez sentir na Europa e nos Estados Unidos, passaram a ser sentidas no Brasil ou como queiram alguns, deixou de ser encoberta. A queda no valor dos investimentos aprovados entre 74/75 foi da ordem de 55% devendo ser ressaltado ainda que, no exercício de 1975, aliado ao fator negativo da crise mundial, a relativa demora na implementação do FINOR em substituição ao 34/18, ocasionou por parte dos empresários, uma política de "expectativa" nos primeiros meses do ano.

No período analisado (*) ressaltamos a participação da Bahia que em todos os exercícios detêm cerca de 50% do total de investimentos aprovados seguida de Pernambuco com percentuais de 13 e 30%. O Rio Grande do Norte que apresentou em 75 elevação significativa sobre o total aprovado, apresenta-se como um caso atípico dada a aprovação do projeto da ALCANORTE - ÁLCALIS DO NORDESTE S/A., de significação muito elevada.

A Paraíba que em 1973 participou com cerca de 12% do total dos investimentos aprovados para a região, nos exercícios seguintes, teve participação insignificante. Os demais estados não apresentam oscilações significativas, devendo apenas salientarmos a posição do Piauí que em 1975 não teve aprovado nenhum projeto industrial sendo um dos estados onde os investimentos totais atingem níveis mais baixos.

(*) Nos anos anteriores a participação era melhor distribuída, tendo a Bahia aumentado sua participação a partir do início da implantação do Pólo Petroquímico.

A participação de incentivos fiscais (34/18 posteriormente substituído pelo FINOR) representa em média, no período 73/75, 30% do investimento total, sendo o quadro de fontes complementado com recursos de acionistas e financiamentos. A distribuição desses incentivos por estado nos diversos exercícios, via de regra apresenta o mesmo comportamento dos investimentos totais.

No entanto, a observação do quadro de aprovações e liberações da SUDENE nos mostra que o total liberado não acompanha as aprovações o que deve adicionar mais problemas aos BD's dada as dificuldades que esse fato ocasionará às empresas.

Como a implantação e/ou expansão de empreendimentos com apoio da SUDENE quase sempre implica em abertura de um campo de atuação para os Bancos de Desenvolvimento, o comportamento da distribuição desses investimentos dará margem a que a estruturação dessas unidades visando atender a demanda por seus serviços seja num nível crescente de acordo com essa distribuição. Devemos ressaltar ainda que, a parcela de incentivos fiscais na média em torno de 30% do investimento e que as dificuldades iniciais de captação e posteriormente de disponibilidade do FINOR devem ser adicionadas às demais dificuldades das empresas instaladas no Nordeste, indiretamente irão repercutir no desempenho dos BD's dada a necessidade de maior participação de recursos de financiamento no quadro de Fontes.

- Evolução dos Investimentos aprovados pelo BNDE - Período 1971/75

O quadro econômico do Nordeste necessita de uma consolidação econômica e social para que possa num curto espaço de tempo reduzir o hiato existente entre essa região e o Centro-Sul do País. Apesar do esforço do governo federal objetivando alocar recursos com esse fim, as metas desejadas não estão sendo alcançadas, principalmente quando se tem em vista a existência de hiatos intra-regionais, notadamente com a concentração de aplicações no Estado

da Bahia motivado principalmente pelo Pólo Petroquímico, acarretando uma imagem distorcida quando são examinadas estatísticas do Nordeste.

O papel desempenhado pelo BNDE nos últimos anos, apesar da crescente elevação das aplicações na região, ainda não assumiu uma posição que, de fato, seja causadora de um impacto para a redução desse fosso. Mesmo tendo em 1973 atingido 20% a participação do Nordeste no total de suas aplicações, essa participação sofreu considerável redução nos anos 74 e 75, decrescendo respectivamente para 12 e 15%. O esforço desenvolvido pelo Banco com o fim de injetar maiores recursos no Nordeste, sofre limitações em consequência da própria estrutura econômica da região que atua como fator limitativo nas oportunidades de usos desses recursos.

Esse quadro é facilmente perceptível quando numa simples observação do quadro de aplicações do BNDE, no Nordeste, (quadro III-8) vislumbramos a participação por Estado. O horizonte realmente apresenta-se bastante restrito. Excetuando-se a Bahia, em função do Pólo Petroquímico, como citamos anteriormente, os demais Estados não criaram ainda campo mais amplo para alocação de recursos substanciais por parte do BNDE. Dos recursos injetados, por exemplo, em 1974, 70% concentraram-se no parque industrial baiano e, excetuando-se Pernambuco com 12%, os demais não chegam a ter participação significativa. Em 1975 o comportamento volta a se repetir, ocorrendo apenas o caso atípico de Alagoas tendo em vista o projeto SALGEMA.

Por sua vez, soluções como juros diferenciais, maior prazo de amortização e outras vantagens e programas beneficiando as indústrias nordestinas (POC, PIB/NE), não têm causado o efeito desejado no crescimento das aplicações do BNDE na região, em função dessa limitação que o campo industrial do Nordeste oferece.

A observação do quadro de aplicações do BNDE sintetiza as limitações desse universo, desde que o Banco aprova para a região recursos sempre inferiores a 20% do total aplicado no Brasil.

Observa-se ainda, o fato constatado na abordagem anterior referente à aprovação de projetos na SUDENE que a Bahia absorve a quase totalidade dos recursos chegando nos anos 74/75 a manter percentual acima de 70% das aprovações.

Os efeitos multiplicadores dos investimentos realizados geraram campos que ainda são pequenos na nossa região, daí porque são justificadas as reduzidas aplicações que, muitas vezes são atribuídas a outros fatores como falta de agressividade, planejamento, capacidade, etc.

Visitas aos Estados das equipes técnicas do BNDE/RNE, como parte de uma política para identificar novas oportunidades de investimentos, defronta-se com contornos de um campo não muito promissor para aplicações substanciais a curto prazo. Acrescenta-se aos demais fatores negativos a instalação na Região de um parque industrial onde distorções do sistema de incentivos fiscais criaram um conjunto de projetos-problemas, alguns com suas obras paralizadas após inversões consideráveis de recursos, numa anomalia chocante para uma região de pouca disponibilidade financeira.

A realização da tarefa do BNDE, como principal agente financeiro de investimento, atuando para a correção de desequilíbrios regionais, necessitará de um esforço maior que o atualmente realizado. Necessário se faz que seja realizado um planejamento no sentido de aportar recursos principalmente nos Bancos Estaduais de Desenvolvimento e Capitalização das Empresas, como já vem ocorrendo, e em projetos de infra-estrutura que demandariam significativas somas para a região. A esse esforço, deve-se somar a necessidade de viabilizar os grandes projetos industriais a exemplo da SALGEMA, CARAÍBA, ALCANORTE,

KALIUM, etc., gerando uma cadeia de projetos satélites o que, dada sua magnitude, provocou uma verdadeira revolução econômica nos Estados em que são implantados, principalmente nos de economia menos desenvolvida.

Paralelamente a participação do CEBRAE tem um campo bastante amplo e que poderá vir a ser explorado com maior intensidade.

III. CONCLUSÃO

3.1. Gerais

As formas que assumiram os dois sistemas da economia Nordeste - o açucareiro e o criatório - e o seu lento processo de decadência que se iniciam na segunda metade do século XVII, constituem elementos fundamentais na formação da atual economia Nordeste.

A expansão dessas atividades durante longo período, basicamente consistiu num processo de involução econômica. O setor de alta produtividade - Cana de Açúcar - ia perdendo importância relativa e a produtividade do setor pecuário declinava à medida que crescia. De fato, a expansão refletia apenas o crescimento de uma economia de subsistência, no qual ia se acumulando parcela crescente da população.

Dessa maneira, de um sistema econômico de alta produtividade, o nordeste se foi transformando progressivamente numa economia em que grande parcela da população produzia apenas o necessário para subsistir e o empresário se preocupava em manter posição adquirida.

Num quadro dessa magnitude, iniciou-se nos fins dos anos 50, a partir de recomendação do GTN - Grupo de Trabalho do Nordeste, um processo de desenvolvimento apoiado principalmente em incentivos fiscais-financeiros, voltados para a implantação de um processo de industrialização.

Foi adotado então um sistema do tipo legislação seletiva onde a decisão administrativa desempenha papel mais importante na determinação do tipo de atividade a ser contemplada, assim como dos recursos a serem liberados. Apesar da vantagem de flexibilidade de aplicação admitindo a seleção dos beneficiários de acordo com as necessidades do momento e ajustamento a essas

mesmas necessidades, tal sistema tendeu a sobrecarregar a administração pouco flexível e pouco dinâmica.

Esse sistema apoiado sobre fluxo de renda apesar de coexistir com instrumentos auxiliares, está voltado basicamente para um processo de acumulação de capital. O desenvolvimento desse processo, induzido primeiramente pelo posicionamento dos Estados de Pernambuco e Bahia, onde no primeiro a existência de sua capital como um pólo já em maturação e no segundo com implantação do pólo petroquímico, originaram a formação de ilhas de crescimento. A existência de oportunidades de se beneficiarem de economias externas nesses Estados, propicia a alocação maciça de recursos de incentivos fiscais em seus respectivos parques industriais e a oportunidade de incentivo ao aparecimento de experiências na conscientização da necessidade de novos empresários com esse fim.

Com essa concentração na distribuição de recursos passou o quadro econômico da região a apresentar desníveis intra-regionais caracterizado pelo relativo desenvolvimento desses dois Estados.

Dentro desse posicionamento, toda e qualquer análise sobre a região deverá considerar a existência dessas distorções e o desenvolvimento da Bahia e Pernambuco, onde os parâmetros da aferição para medir desempenho de qualquer órgão deverão ser bastante diversos dos utilizados para outros na mesma região que, lentamente, ainda perseguem objetivos de montagem de uma infra-estrutura mínima para iniciar um processo de desenvolvimento.

Esperava-se portanto que, os benefícios decorrentes dessa concentração conduzissem à existência de bancos de desenvolvimento melhor estruturados e mais eficientemente atuantes nesses dois Estados se considerarmos que a maturação de um processo de industrialização induziria a demanda por seus serviços e sua estruturação para participar desse processo.

Esperava-se mais ainda, que esses Agentes fossem elementos fundamentais não só no auxílio posterior à consolidação mas o elemento condutor, principalmente numa formação de política de industrialização, incentivo à criação de uma classe de pequenos empresários e uma série de outras medidas características de um órgão de desenvolvimento.

Paradoxalmente, a análise de atuação não conduz a uma observação dessa ordem. Tanto retrospectiva como atual a análise deixa notar em termos de eficiência operacional um nivelamento por baixo dos BD's no Nordeste.

Apesar das grandes deficiências constatadas, nota-se mais recentemente que, lentamente, esse quadro vem se modificando com animador progresso. No entanto esse pequeno progresso deve-se quase que exclusivamente às exigências do BNDE que a partir dos últimos dois anos vem tentando desenvolver um processo de montagem de um eficiente sistema nacional de BD's induzindo, nos limites de suas atribuições, a estruturação adequada desses órgãos.

Isoladamente alguns Agentes apresentam um desempenho bastante satisfatório e nas últimas análises se destacam o BEA e o BANDEPE, ocorrendo fato inverso com o DESENBANCO. No entanto, abstraindo-se uma observação apenas recente, podemos atribuir esse fato a um fenômeno de ciclos de eficiência que, ao longo do tempo, não têm conduzido a um processo linear ascendente.

Dois fatores - política e ação individual - podem ser apontados para a existência desses ciclos nos BD's. As fases de progresso que algumas vezes são observadas em alguns agentes, se devem basicamente à existência de governos estaduais mais eficientes e/ou ao esforço individual e clara visão de atuação de um BD por alguns diretores que, empregam todos seus esforços e capacidade em tentativas isoladas para conduzir o agente como um organismo de desenvolvimento.

Nota-se pela observação dos dados apresentados a inexistência, de fato, de um mínimo de planejamento e de uma conscientização do que seja um banco de desenvolvimento numa conceituação mais abrangente. Observa-se ainda uma preocupação voltada para uma simples e não muito satisfatória análise da última escala de um planejamento - o projeto. Mesmo nesse trabalho constata-se a preocupação em ganhos de oportunidades traduzidos em lucros; não adoção de princípios como cláusula de desempenho; marginalização das micro e pequenas empresas; não valorização da capacidade individual; inexistência de um planejamento estratégico/operacional e uma série de outros procedimentos não desenvolvimentistas que, mesmo numa estrutura econômica bastante centralizada, ainda permite uma margem razoável de atuação a nível estadual.

3.2. Das Alternativas

Um ponto pode ser apontado como uma das primeiras causas das deficiências: a atuação da diretoria. Apesar da participação do BACEN no processo de escolha/homologação, as diversas diretorias dos BD's são em geral escolhas puramente políticas. Esses elementos inteiramente desvinculados e/ou desinteressados conduzem os Agentes a um processo operacional voltado para promoção pessoal, empreguismo, "politicagem", maximização de lucros e inclusive, benefícios pessoais.

Concluimos que caberia ao BNDE em seus acompanhamentos dar maior ênfase ao aspecto quadro diretor. Ainda dentro de suas limitações seria necessário uma tentativa de, na observância da Res. 493 BACEN participar do processo de escolha e/ou homologação.

Logicamente o grau de envolvimento do BNDE envolve variáveis altamente sensíveis. Apesar desse ponto crítico a não adoção de participação dessa natureza paralelamente ao atual trabalho desenvolvido, poderá acarretar limitações e obstáculos internos e externos à atuação eficiente dos agentes na busca de superar as dificuldades de atingir eficiência e eficácia que, nas atuais condições dificilmente serão superadas a curto/médio prazo.

BIBLIOGRAFIA

- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. Cia. Editora Nacional. São Paulo. 1972.
- SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL. Incentivos Fiscais à Indústria em Países Subdesenvolvidos. Rio de Janeiro. 1972.
- ABDE/CEBRAE/COPPE. Curso de Planejamento Financeiro. Consideração em BD's. Outubro de 1975.
- ABDE. Modelo Institucional de Bancos de Desenvolvimento. 1973.
- BNDE/APA. Relatório de Acompanhamento de Agente. DEBAN nº 20/76.
Relatório de Acompanhamento de Agente. DEBAN nº 22/76
Relatório de Acompanhamento de Agente. DEBAN nº 23/76
Relatório de Acompanhamento de Agente. DEBAN nº 24/76
Relatório de Acompanhamento de Agente. DEBAN nº 27/76
Relatório de Acompanhamento de Agente. DEBAN nº 31/76
Relatório de Acompanhamento de Agente. DEBAN nº 36/76.
- SUDENE. Relatórios da Secretaria Executiva. 1971/1976.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução 394 - 03.10.76.